

HABEAS CORPUS Nº 548.676 - DF (2019/0357156-0)

RELATOR : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**
IMPETRANTE : **ADRIANO DA SILVA NASCIMENTO**
ADVOGADO : **DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL**
IMPETRADO : **TRIBUNAL DE JUSTICA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITORIOS**
PACIENTE : **ADRIANO DA SILVA NASCIMENTO (PRESO)**
INTERES. : **MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS**

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado por ADRIANO DA SILVA NASCIMENTO em benefício próprio contra o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios.

Relata o impetrante, de próprio punho, que vem sofrendo constrangimento ilegal em decorrência da imposição do cumprimento de 3/5 (três quintos) do total de sua reprimenda, uma vez que é primário em delitos de natureza hedionda e o art. 243 do Regimento Interno desta Corte prevê que "a reincidência penal não poderá ser considerada como circunstância agravante e, simultaneamente, como circunstância judicial" (e-STJ fl. 2).

Conclui, dessa forma, que está configurado o *bis in idem* em seu desfavor, consoante dispositivos da Carta Magna, bem como cita outros casos de reeducandos que, apesar de ostentarem reincidências em crimes comuns, obtiveram suas promoções a regimes menos severos após cumprirem somente 2/5 (dois quintos) e não 3/5 (três quintos) (e-STJ fls. 2/3).

Salienta, também, a necessidade da desclassificação do crime de homicídio tentado para lesão corporal, tendo em vista que uma das vítimas foi atingida somente de raspão em regiões não letais, como pode se observar dos autos (e-STJ fl. 4).

Diante disso, pede e aguarda deferimento.

Superior Tribunal de Justiça

É o relatório. **Decido.**

Na espécie, a inicial não foi instruída adequadamente, o que ensejaria o indeferimento liminar do *mandamus*.

Não obstante, tratando-se de *writ* impetrado por pessoa leiga, em virtude dos postulados da ampla defesa e do amplo acesso à Justiça, dou seguimento ao feito.

Assim, **indefiro a liminar**, ante a ausência de elementos suficientes para a análise do constrangimento ilegal alegado no presente *mandamus* e nomeio a Defensoria Pública do Distrito Federal e Territórios para patrocinar a defesa do paciente.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem sobre o alegado na presente impetração.

Após, dê-se vista dos autos à supramencionada Defensoria Pública para requerer o que entender de direito em favor do sentenciado.

Por fim, encaminhe-se o feito ao Ministério Público Federal.

Intimem-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA
Relator